

Federação Portuguesa de Canoagem



Plano de Alto Rendimento e Seleções Nacionais

2016



SIGLAS E ABREVIATURAS

AR	Alto Rendimento
CE	Campeonato(s) da Europa
CM	Campeonato(s) do Mundo
DT	Departamento Técnico
FPC	Federação Portuguesa de Canoagem
JO	Jogos Olímpicos
PAR	Plano de Alto Rendimento
PNEC	Plano Nacional de Estágios e Competições
RAR	Regime de Alto Rendimento
SN	Seleção(ões) Nacional(ais)



INDÍCE

REGULAMENTO DE ALTO RENDIMENTO	4
1.1. Condições de ingresso no Regime de Alto Rendimento	4
1.1.1. Níveis de integração dos praticantes desportivos	4
1.1.2. Critério de Permanência	4
1.2. Regulamento Específico da Modalidade	4
1.2.1. Considerações Gerais	4
1.3. CAPÍTULO I - Enquadramento	6
Artigo 1º - Categorias do Alto Rendimento	6
Artigo 2º - Critérios de Acesso ao Alto Rendimento	6
Artigo 3º - Critérios de permanência	8
Artigo 4º - Condicionantes	8
1.4. CAPÍTULO II - Direitos e Deveres	9
Artigo 5º - Direitos no Regime de Alto Rendimento	9
Artigo 6º - Deveres no Regime de Alto Rendimento	9
Artigo 7º - Não Cumprimento dos deveres de Alto Rendimento	10
1.5. CAPÍTULO III – Seleções Nacionais	11
Artigo 8º - Atletas das Seleções Nacionais	11
Artigo 9º - Direitos dos Atletas das Seleções Nacionais	11
Artigo 10º - Deveres dos atletas das Seleções Nacionais	11
1.6. Prémios e Subsídios para a Época 2016	12
1.6.1. Prémios para as disciplinas/distâncias Olímpicas	12
1.6.2. Prémios para as disciplinas/distâncias Não Olímpicas e Maratona	13
1.7. Bolsas Desportivas aos atletas	14
1.7.1. Bolsas Mensais	14
1.7.2. Atribuição das bolsas	16
1.8. Apoio aos Clubes	16
1.8.2. Prémios aos Clubes pela Formação de Atletas	16
2. NOTA FINAL	17
3. ANEXOS	18

REGULAMENTO DE ALTO RENDIMENTO

O Desporto de Alto Rendimento (AR) reveste especial interesse público por constituir um importante fator de desenvolvimento desportivo e é representativo de Portugal nas competições desportivas internacionais.

O conceito de AR está relacionado com um elevado cariz de seleção, rigor e exigência e por isso apenas alguns dos melhores praticantes portugueses se encontram abrangidos por este nível de prática desportiva.

A consagração legal de um sistema integrado de apoios para o desenvolvimento do desporto de AR no nosso País, alterado com a publicação do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro, estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do Desporto de AR.

1.1. Condições de ingresso no Regime de Alto Rendimento

1.1.1. Níveis de integração dos praticantes desportivos

Os praticantes desportivos de AR são inscritos no respetivo registo num de três níveis: A, B e C.

A integração nos níveis decorre das prestações desportivas previstas no Decreto-lei 272/2009 de 01 de Outubro.

1.1.2. Critério de Permanência

A concessão dos apoios previstos fica dependente da inscrição do respetivo agente no registo, a qual deve ser renovada anualmente, sob pena de caducidade imediata desses apoios.

1.2. Regulamento Específico da Modalidade

1.2.1. Considerações Gerais

De acordo com o previsto na legislação e com a necessária adaptação às especificidades da Canoagem, consideram-se os seguintes pontos:

A noção de “Alto Rendimento” refere-se à Canoagem de Alto Nível.

O escalão absoluto é considerado o escalão sénior, sem qualquer limite etário máximo de participação.



A contribuição no âmbito das SN nas diversas representações internacionais da FPC deve constituir um dos objetivos prioritários dos atletas integrados no RAR.

Todo aquele que pretender candidatar-se à qualificação de praticante de AR de Canoagem terá que satisfazer os seguintes requisitos:

MOTIVAÇÃO – demonstração e declaração de ter a vontade e o querer indispensáveis às exigências do AR;

DISPONIBILIDADE – para cumprir na totalidade o programa técnico anual;

RESULTADOS DESPORTIVOS – de acordo com os critérios vigentes para os níveis do RAR;

BOM COMPORTAMENTO – social e desportivo traduzido pelo respeito para com todos os agentes da modalidade, designadamente dirigentes, técnicos e demais companheiros;

HÁBITOS DE TRABALHO – empenhamento sério e disciplinado em todas as situações da respetiva carreira desportiva.

A integração em qualquer dos níveis previstos para o AR em Portugal está dependente da satisfação dos aspetos anteriores, designadamente da obtenção de uma das classificações definidas por este documento, bem como da apresentação formal do respetivo processo de candidatura onde o candidato assume um compromisso escrito com a FPC em como aceita o presente regulamento.

O processo de candidatura anual deverá ser proposto pelo clube ao qual o praticante se encontra vinculado nessa época ou ainda pelo próprio no caso de se tratar de um atleta individual. A integração estará sempre dependente da aceitação pelo I.P.D.J. de acordo com os critérios estabelecidos no presente regulamento, nos termos do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro.

Os praticantes integrados no RAR que beneficiarem de facilidades de acesso ao Ensino Superior, deverão diligenciar pela manutenção da sua carreira desportiva, treinar com regularidade e participar nos campeonatos, controlos, seletivas e estágios nacionais da mesma especialidade sob pena de perda dos privilégios adquiridos.

1.3. CAPÍTULO I - Enquadramento

Artigo 1º - Categorias do Alto Rendimento

O AR engloba as seguintes categorias:

1. Nível A
2. Nível B
3. Nível C

Artigo 2º - Critérios de Acesso ao Alto Rendimento

O acesso aos diferentes níveis do AR faz-se de acordo com os seguintes critérios.

Artigo 2.1º - Critérios de Acesso ao Alto Rendimento - Disciplinas Olímpicas de Velocidade e de Slalom

Nível A

Tenham obtido qualificação para os JO;

Tenham obtido classificação no 1.º terço da tabela em CM ou CE no Escalão Absoluto;

Tenham obtido classificação não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE no Escalão Júnior e Sénior Sub-23;

Nível B

Tenham obtido classificação na 1.ª metade da tabela em CM ou CE no Escalão Absoluto;

Tenham sido classificados na 1.ª metade da tabela em CM ou CE nos Escalões Júnior e Sénior Sub-23;

Nível C

Tenham integrado a Seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos na portaria referida no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 272/2009;

São propostos neste nível os praticantes desportivos que no quadro competitivo do respetivo escalão etário tenham obtido resultados desportivos relevantes que deixem antever a probabilidade de alcançarem sucesso no plano internacional, permitindo uma progressão gradual que indicie a ascensão aos Níveis A e B.

A FPC considera para este nível os seguintes resultados:

Representar a SN de Velocidade e Slalom em CE, do Mundo e JO da Juventude.

Representar a SN de Velocidade e Slalom em CE nas categorias Sénior, Sénior Sub-23 e Júnior.
Finalista em Competições Internacionais em representação da SN de Velocidade.

Nota: Para todos os níveis de integração, os resultados apenas serão considerados caso, o número de embarcações/equipas a concluir a prova/competição seja superior a 9.

Artigo 2.2º - Critérios de Acesso ao Alto Rendimento – Maratona e outras especialidades não Olímpicas.

Nível A

Tenham obtido classificação não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE no Escalão absoluto de maratona;

Nível B

Tenham obtido classificação no 1.º terço da tabela em CM ou CE no Escalão absoluto de maratona;

Tenham obtido classificação não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE no Escalão Júnior e Sénior Sub-23 de maratona;

Nível C

Tenham integrado a Seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos na portaria referida no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 272/2009;

São propostos neste nível os praticantes desportivos que no quadro competitivo do respetivo escalão etário tenham obtido resultados desportivos relevantes que deixem antever a probabilidade de alcançarem sucesso no plano internacional, permitindo uma progressão gradual que indicie a ascensão aos Níveis A e B.

A FPC considera para este nível os seguintes resultados:

Tenham obtido classificação na 1.ª metade da tabela em CM ou CE nos Escalões Júnior e Sénior Sub-23 de maratona;

Classificação nos 10 primeiros, no escalão absoluto, em CM e CE em disciplinas da ICF nos quais se disputam CM e CE com exceção das supra mencionadas. Apenas serão considerados os resultados que se enquadrem no primeiro terço da tabela.

Nota: Para todos os níveis de integração, os resultados apenas serão considerados caso, o número de embarcações/equipas a concluir a prova/competição seja superior a 9.

Artigo 2.3º - Critérios de Acesso ao Alto Rendimento - ParaCanoagem

Nível A

Tenham obtido classificação não inferior ao 8º lugar em jogos paralímpicos, desde que o mesmo corresponda ao 1ºterço da tabela no escalão absoluto;

Nível B

Tenham obtido qualificação para os jogos paralímpicos;

Nível C

Tenham integrado a seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos na portaria referida no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 272/2009;

Artigo 3.º - Critérios de permanência

A permanência nas diferentes categorias que integram o RAR depende da obtenção de resultados definidos pelos critérios de acesso às diferentes categorias no prazo de *12 meses*.

Artigo 4º - Condicionantes

O praticante em RAR é um modelo desportivo e social. A imagem e o exemplo sócio-desportivo dos atletas de AR é vital para a motivação de novos praticantes e para a divulgação e promoção da Canoaagem nacional, pelo que a sua permanência dependerá não só do rendimento desportivo mas também do seu comportamento social e disponibilidade manifestada para seguir um plano de preparação que vá de encontro aos interesses da equipa nacional.

1.4. CAPÍTULO II - Direitos e Deveres

Artigo 5º - Direitos no Regime de Alto Rendimento

Os praticantes desportivos integrados no RAR são abrangidos pelos direitos previstos no D.L. 272/2009 de 01 de Outubro, e outros referenciados no presente regulamento, nomeadamente:

- a) Ao nível do regime escolar, nos termos consignados nos artigos, 14º a 22º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- b) Na dispensa temporária de funções, nos termos consignados nos artigos 23º e 24º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- c) No acesso a formação superior, especializada e profissional, nos termos consignados nos artigos 27º a 29º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- d) Mediante a obtenção de resultados definidos no presente regulamento receber as bolsas desportivas ali indicadas.
- e) Mediante a obtenção de resultados desportivos receber os prémios de mérito desportivo previstos no presente regulamento, desde que o resultado em causa reúna as condições necessárias à atribuição do estatuto de alto rendimento.
- f) Usufruir de especiais condições de utilização de infra-estruturas desportivas no âmbito da sua preparação, nos termos consignados no artigo 31º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- g) Usufruir de prémios em reconhecimento do valor e mérito desportivo, ao abrigo do D.L. 211/98 de 3 de Abril, nos termos consignados no artigo 32º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- h) Usufruir de apoio médico, nos termos consignados no artigo 33º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- i) Usufruir das medidas de apoio pós carreira, nos termos consignados no artigo 39º do D.L. 272/2009 de 01 de Outubro;
- j) Usufruir do apoio médico proporcionado pela federação;
- k) Receber o equipamento desportivo oficial quando selecionado para representar o país, ainda que as custas do mesmo possa ter de ser parcialmente suportadas pelo atleta.

Artigo 6º - Deveres no Regime de Alto Rendimento

Os Atletas integrados no RAR são abrangidos pelos deveres previstos no D.L. 272/2009 de 01 de Outubro e outros referenciados no presente regulamento, nomeadamente:

- a) - Os praticantes desportivos de AR devem esforçar-se por observar, em todas as circunstâncias, um comportamento exemplar, de forma a valorizar a imagem da Modalidade, da SN e de Portugal;
- b) - Os praticantes desportivos devem estar sempre disponíveis para ações de natureza pública; de promoção da modalidade, ou do desporto em geral, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- c) - Os praticantes desportivos de AR são regularmente submetidos a exames de carácter aleatório, em competição ou fora dela, determinados pela autoridade desportiva competente e tendentes a verificar se se encontram sob efeito de dopagem;
- d) – Os praticantes estão obrigados a conhecer e respeitar as orientações constantes no Regulamento de Antidopagem da Federação Portuguesa de Canoagem;
- e) – Os praticantes estão obrigados a declarar à equipa médica da FPC todo e qualquer tipo de medicação e suplementação a que estejam a ser submetidos;
- f) - Os praticantes devem participar com empenho nos estágios nacionais, controlos médico-desportivos e controlos de treino bem como integrar as SN quando para elas, forem convocados;
- g) - Os praticantes devem cumprir o planeamento de treino elaborado ou autorizado pela equipa técnica nacional;
- h) - Cumprir e fazer cumprir as diretivas emanadas da FPC bem como o regulamento de disciplina;
- i) - Utilizar o equipamento desportivo oficial da Federação, zelando pela sua conservação, em viagens, treinos ou competições para os quais tiverem sido selecionados, de acordo com as instruções emanadas pelos diretores e/ou técnicos mandatados para o efeito.
- j) - Os praticantes desportivos de AR, logo que decidam deixar de integrar os planos e programas de provas ou competições desportivas com vista à obtenção de resultados desportivos de alto nível, devem do facto informar, para além da FPC, o Comité Olímpico e o IPDJ, I. P.

Artigo 7º - Não Cumprimento dos deveres de Alto Rendimento

O não cumprimento dos deveres previstos no artigo 6º, para além de ser passível de procedimento disciplinar, acarreta a suspensão do atleta por períodos mensais do RAR por decisão da direção da FPC, até resolução dos motivos que originaram a suspensão.

1.5. CAPÍTULO III – Seleções Nacionais

Artigo 8.º - Atletas das Seleções Nacionais

São considerados atletas das SN os praticantes desportivos que não fazendo parte do RAR constem em lista elaborada pela FPC no início de cada época desportiva ou que venham a integrar os trabalhos em situação competitiva ou de estágio ao longo da época.

A entrada ou saída da referida lista é efetuada por decisão da direção, sob proposta do departamento técnico (DT)

Artigo 9.º - Direitos dos Atletas das Seleções Nacionais

Os atletas das SN têm os seguintes direitos:

- a) Os atletas que integram as SN podem beneficiar das medidas previstas na lei;
- b) Mediante proposta do DT, aprovada pela direção da federação, participar em provas internacionais, a expensas da FPC;
- c) Mediante proposta do DT, aprovada pela direção da federação, participar em provas internacionais nas especialidades de Maratona e Kayak Polo, a expensas próprias;
- d) Usufruir do apoio médico proporcionado pela FPC;
- e) Receber o equipamento desportivo oficial quando selecionado para representar o País.

Artigo 10.º - Deveres dos atletas das Seleções Nacionais

Os Atletas das SN têm os seguintes deveres:

- a) - Participar com empenho nas competições, estágios, controlos médico/desportivos e controlos de treino para que forem convocados;
- b) - Cumprir o planeamento de treino;
- c) - Participar com dignidade nas ações de promoção e divulgação, para que forem convocados pela FPC;
- d) - Cumprir e fazer cumprir as diretivas emanadas do DT e da direção da FPC;
- e) - Utilizar o equipamento desportivo oficial da FPC, zelando pela sua conservação, em viagens, treinos ou competições para os quais tiverem sido selecionados de acordo com as instruções emanadas pelos diretores e/ou técnicos mandatados para o efeito.

1.6. Prémios e Subsídios para a Época 2016

Conforme a hierarquia das diferentes competições internacionais, os valores atribuídos dependem da relevância internacional das diferentes competições, distinguindo entre Velocidade, Slalom e Maratona, assim como na Velocidade e no Slalom, entre as provas que integram ou não o Programa Olímpico.

Todos os anos a FPC divulgará quais as competições do seu programa internacional que darão lugar a incentivos por resultados obtidos.

Os valores dos incentivos são apresentados nas tabelas seguintes.

Os prémios governamentais estão regulados na portaria nº211/98, de 3 de Abril.

1.6.1. Prémios para as disciplinas/distâncias Olímpicas

SENIORES ABSOLUTOS			
Classificação	CE	CM	JO
1º	Prémio Governamental		
2º	Prémio Governamental		
3º	Prémio Governamental		
4º	750€	1500€	1750€
5º	500€	1250€	1500€
6º	400€	1000€	1250€
7º	300€	750€	1000€
8º	200€	500€	750€

SENIORES SUB-23 e JUNIORES	
Classificação	CM e CE
1º	Prémio Governamental
2º	Prémio Governamental
3º	Prémio Governamental

1.6.2. Prémios para as disciplinas/distâncias Não Olímpicas e Maratona

SENIORES ABSOLUTO, SUB-23	
Classificação	CM e CE
1º	Prémio Governamental
2º	Prémio Governamental
3º	Prémio Governamental

Os Prémios Governamentais estão dependentes de análise e aprovação por parte das entidades competentes.

Nota:

- 1 – Os atletas participantes em K1 e C1 receberão 100% dos prémios indicados.
- 2 – Os atletas participantes em K2 e C2 receberão 75% dos prémios indicados.
- 3 – Os atletas participantes em K4 receberão 50% dos prémios indicados.
- 4 – Ao conjunto dos treinadores que constituem a equipa técnica da embarcação / atleta(s), será atribuído um valor que corresponde a 50% do valor base do prémio correspondente ao que o atleta recebeu por essa classificação. Esse prémio será atribuído de acordo com as seguintes percentagens:
 - O ou os treinadores da equipa nacional receberão 50% do valor desse prémio.
 - Os restantes 50% são distribuídos de forma proporcional, pelo técnico ou técnicos, que os atletas que compõem essa embarcação indicarem na sua ficha de alto rendimento.
- 5 – Em caso algum, cada Treinador poderá receber valor superior ao que corresponde a cada atleta.

Nota: Qualquer sanção disciplinar determinada pelo Conselho de Disciplina desta Federação, inviabiliza a obtenção, até data a determinar pela direção da FPC, de qualquer prémio desportivo.

Casos Omissos

Todos os casos omissos ao presente regulamento deverão ser esclarecidos entre as partes diretamente interessadas e não poderão contrariar a legislação desportiva vigente ou a regulamentação da modalidade.

Disposição Final e Transitória

O presente regulamento vigorará na presente época desportiva, 2016, sem prejuízo da introdução de alterações e ajustamentos tidos por convenientes e sempre previamente acordados e comunicados às partes envolvidas, designadamente aos praticantes.

1.7. Bolsas Desportivas aos atletas

1.7.1. Bolsas Mensais

No âmbito do RAR, a FPC atribuirá bolsas aos praticantes que alcancem resultados de reconhecido mérito e que constem dos critérios de integração que abaixo se apresentam no sentido de serem apoiados na sua preparação desportiva.

A Direção da FPC definirá, no início de cada época desportiva, o montante a atribuir a cada uma das categorias.

Nível 1

Classificar-se nos 6 primeiros lugares em JO e CM Absoluto em disciplinas/distâncias olímpicas;

Medalhado em CE Absoluto em disciplinas/distâncias olímpicas;

Nível 2

Tenham obtido qualificação para os JO;

Tenham alcançado o 7º lugar em CM Absoluto de Velocidade em especialidades/distâncias olímpicas;

Tenham alcançado o 11º lugar em CM Absoluto de Slalom em especialidades olímpicas;

Medalhado em CM Absoluto de velocidade em especialidades/distâncias não olímpicas;

Tenham alcançado o 7º lugar em CM Absoluto de Slalom em especialidades não olímpicas;

Tenham alcançado o Título de Campeão do Mundo Júnior e Seniores Sub-23 em especialidades/distâncias olímpicas;

Medalhado em CM de Maratona na categoria de sénior absoluto;

Tenham alcançado o Título de Campeão da Europa de Maratona na categoria de sénior absoluto;

Medalhado em CE Absoluto de velocidade em especialidades/distâncias olímpicas;

Tenham alcançado o Título de Campeão Europeu em CE Absoluto de velocidade em especialidades/distâncias não olímpicas;

Tenham alcançado o 7º lugar em CE Absoluto de Slalom em especialidades olímpicas;



Tenham alcançado o 3º lugar em CE Absoluto de Slalom em especialidades não olímpicas;

Nota: Os resultados apenas serão considerados quando o número de embarcações a concluir a prova for superior a 9.

Qualquer sanção disciplinar determinada pelo Conselho de Disciplina desta Federação, inviabiliza a obtenção, até data a determinar pela direção da FPC, de bolsa desportiva.

Os praticantes que entretanto conquistem o direito de serem apoiados por outros projetos do mesmo teor deverão optar pelo programa de apoio que considerem mais conveniente, não sendo a obtenção de bolsas desportivas cumuláveis.

A bolsa de preparação desportiva começará a ser disponibilizada no mês seguinte ao do final da competição onde o critério foi cumprido e terá o seu termo logo que o praticante perca o direito a pertencer a cada um dos níveis referidos.

A atribuição de bolsa pressupõe a assinatura de um contrato entre o respetivo atleta e a FPC.

A retirada da bolsa tem por base avaliações semestrais, ou as decorrentes da avaliação das provas principais da modalidade para a disciplina em causa.

Sempre que se verificar a interrupção do pagamento da bolsa a um praticante, este terá de voltar a cumprir as condições de acesso para reconquistar o direito à mesma.

Em caso de lesão ou doença devidamente comprovada pela equipa médica da FPC, é concedido ao atleta o direito à bolsa pelo período máximo de seis meses, após o qual deverá ser realizada uma reavaliação da situação do atleta.

Valores das Bolsas	
Níveis	Subsídio Mensal
Nível 1	500€



Nível 2	300€
---------	------

1.7.2. Atribuição das bolsas

A decisão quanto à atribuição destas bolsas dependerá do financiamento público efetivamente atribuído a esta rubrica constante do processo de candidatura anual.

1.8. Apoio aos Clubes

A FPC pretende caso a situação financeira seja favorável, atribuir aos clubes uma compensação financeira de 0,10€ km para apoio às despesas com os transportes terrestres dos atletas convocados para os Estágios/Competições da SN de Velocidade.

A decisão quanto à atribuição destas bolsas dependerá do financiamento público efetivamente atribuído a esta rubrica constante do processo de candidatura anual.

1.8.1. Referências:

Estágio no CAR: Centro da localidade/Centro de Montemor-o-Velho.

Competições Internacionais: Centro da localidade/Aeroporto de Partida/Regresso.

Nota:

No caso de deslocações ao estrangeiro a referência será centro da localidade/aeroporto.

1.8.2. Prémios aos Clubes pela Formação de Atletas

Para efeitos de atribuição dos prémios previstos no artigo 5.º e 12.º da Portaria nº 211/98 de 3 de Abril, a FPC adota os seguintes critérios:

São considerados para o presente efeito a época desportiva da obtenção do resultado desportivo, que motivou a atribuição do prémio, e as que a antecedem desde a primeira inscrição do atleta na FPC.

A atribuição do prémio é efetuada da seguinte forma:

Por cada uma das épocas desportivas referidas é atribuído um montante proporcional ao prémio total atribuído pelo Estado;

Para efeito da atribuição do referido prémio ao clube este só poderá usufruir dele caso se encontre inscrito na FPC na época em causa.

2. NOTA FINAL

O rigor e a disciplina que se pretende implementar são condições sine qua none para o sucesso.

A determinação e superação em todos os momentos elevarão a performance desportiva dos atletas e resultados de excelência para Portugal.

A representação da SN de Canoagem e de Portugal deve ser sempre alvo de condutas exemplares pelo que representa e pelo exemplo que proporciona à sociedade desportiva em geral e aos jovens canoístas em particular.

Representar Portugal deverá ser sempre um motivo de orgulho, acima de qualquer interesse particular. Assim, a FPC sem prejuízo no disposto no nº 3 do Artigo 63.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e antecipando situações que possam surgir ao longo da presente época lembra que:

Atletas que não pretendam ser selecionados ou que antevejam qualquer impedimento que se relacione com datas de estágios e/ou competições para as quais foram selecionados, deverão informar o DAR, por escrito, com a antecedência devida, justificando as razões de tais opções.

A indisponibilidade sem aviso prévio, a qualquer situação de seleção, poderá levar ao afastamento do atleta e a ações subsequentes.

A todos aqueles que trabalham para e pela modalidade, o desejo de uma boa época desportiva.

Artigo 63.º

Seleções Nacionais

3-A participação na SN é obrigatória, salvo motivo justificado, para os praticantes desportivos que tenham beneficiado de medidas específicas de apoio no âmbito do RAR.



3. ANEXOS

I Velocidade

- Ia. Seniores e Sub-23
- Ib. Juniores, Cadetes e Infantis
- Ic. ParaCanoagem

II Slalom

III Maratona

IV Kayak Polo

V Canoagem de Mar